



Poços de Caldas

# 7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

## PROJETO PEDAGÓGICO E A CULTURA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA

Eixo Temático: Gestão Educacional democrática e avaliação

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Jordana de Souza Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Trata-se de um recorte de uma pesquisa que tomou como objeto de análise o Projeto Pedagógico (PP) de uma escola de educação de Jovens e Adultos que desenvolve um trabalho voltado para inclusão de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social. O movimento metodológico ocorreu a partir da análise do seu PP, que inclui o plano de trabalho dos gestores e plano de ação em que se apontam os problemas, metas e ações para avançar rumo às aprendizagens desejadas. Ocorreu também observação dos espaços pedagógicos coletivos com o objetivo de compreender os limites e contribuições da Avaliação Institucional Participativa<sup>2</sup> (AIP) para o planejamento, execução e avaliação do PP. Nossa hipótese é que a AIP favorece a elaboração coletiva do PP, onde cada profissional se compromete e se envolve em todo o processo visando a melhoria da qualidade do ensino. A análise documental e a observação em campo vão revelando e desvelando o movimento de auto avaliação desencadeado, nos trazendo indícios de práticas negociadas e a instituição de uma cultura de avaliação institucional participativa.

**Palavras-chave:** Projeto Pedagógico. Avaliação Institucional Participativa. Plano de Ação. Gestão.

### INTRODUÇÃO

A política de AIP surge na contramão das propostas políticas neoliberais na área de educação que atribuem o fracasso do sistema educacional às famílias, alunos e profissionais de educação.

Trata-se de elencar as prioridades, distribuir responsabilidades, decidir os caminhos a serem trilhados no e pelo coletivo para que se consiga atingir a melhoria da qualidade do ensino.

Nessa direção, torna-se indispensável refletir sobre as relações cotidianas, vislumbrando observar as opções efetuadas, estratégias escolhidas pelo coletivo neste percurso de projetar o futuro frente ao movimento de planejamento, execução e avaliação do PP, pois concordamos com Fernandez (2002, p.57) que,

---

<sup>1</sup>Mestra em educação na área de Ensino e Práticas Culturais – FE/UNICAMP. E-mail: jor14\_2@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Resolução SME N° 05/2008, estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna ou Auto-avaliação das Unidades Municipais de Ensino Fundamental.



Poços de Caldas

# 7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

[...]sem um projeto pedagógico que limite a intencionalidade da ação educativa e ofereça horizontes para que a escola possa projetar seu futuro, faltará sempre à referência de todo o trabalho e suas concepções básicas. Já a avaliação se coloca como balizador, para se perceber e redirecionar os projetos pedagógicos.

Assim, pensar a elaboração do PP, na gestão dos espaços e tempos pedagógicos, na articulação dos processos não está dissociado da concepção de gestão, formas de organização e concepção de participação que pressupõe a organização escolar a partir de todos os atores envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, coaduna com a AIP, assumida na Secretaria Municipal de Educação de Campinas, que tem como princípio basilar a participação, pois esta política se apresenta como um importante iniciativa aglutinadora das forças presentes na escola justamente pelos princípios que defende: diálogos e acordos sustentados pelo interesse comum (SORDI E LUDKE,2009).

Neste contexto a concepção de gestão é democrática, percebe a escola como um espaço de reflexão, negociação e corresponsabilização coletiva e o PP é o documento que norteia o processo de AIP.

Freitas (2012), nos alerta que em contraponto a um instrumento burocrático, o verdadeiro sentido do PP é ser instrumento condutor da organização do trabalho pedagógico. Nessa direção, o plano de ação, além de instrumento de registro das prioridades, constitui-se um referencial de análise, pois considera a identidade institucional, seus sujeitos e suas condições objetivas, trazendo informações que orientam as ações a partir destas prioridades estabelecidas pelo coletivo (FERNANDES, 2002).

Para o fortalecimento da gestão participativa, há de se buscar a autonomia da instituição de ensino e, nesse sentido, “faz-se necessário introduzir uma cultura de avaliação institucional, pois, quanto maior o grau de envolvimento dos profissionais, pais e alunos, maior a efetivação dos projetos e da autonomia da escola” (VEIGA, 2004, p.42).

## **MATERIAL E MÉTODOS.**

Com o objetivo de desvelar quais os limites e contribuições da política de Avaliação Institucional Participativa (AIP) para o planejamento, execução e avaliação do PP, traçamos o caminho metodológico.

Na primeira etapa, com finalidade exploratória, ocorreu a análise do PP desta instituição, o que inclui os propósitos educativos, plano de trabalho da equipe gestora e o plano de ação.

Na segunda etapa, com finalidade descritiva, ocorreu a observação das reuniões nos espaços e tempos pedagógicos coletivos: Trabalho docente coletivo (TDC), comissão própria de avaliação (CPA) e reunião pedagógica de avaliação institucional (RPAI), com o objetivo de verificar, as formas organização, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico e, entender o comportamento e atitude dos gestores, professores, funcionário, alunos e famílias, nestes espaços coletivos, na perspectiva de uma gestão e avaliação formativa e participativa.



Poços de Caldas

# 7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

Justifica-se essa escolha, já que se concorda com Gil (2008, p.28), quando afirma que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando à análise documental, a observação em campo e os objetivos desta instituição em atender adolescentes e adultos em situação de risco e vulnerabilidade econômica e social, observa-se que há coerência entre o plano de trabalho dos gestores, as metas e as ações propostas no plano de ação, pois são pautadas em dados e voltadas para atender as especificidades dos alunos.

Outro fator a ser destacado é que o plano de ação têm sido o documento norteador do trabalho desencadeado, foi o mote da discussão na RPAI, onde avaliaram-se as ações propostas e metas não atingidas.

Tomando como base o número de alunos matriculados, os registros evidenciam o grande número de alunos evadidos e faltosos e, nesse sentido, ações têm sido planejadas, bem como estratégias pedagógicas e sociais têm sido desencadeadas visando a inclusão destes estudantes que perderam o vínculo com a escola.

Outros temas abordados na reunião e avaliados positivamente foram: o intervalo dos docentes junto com os discentes, os resultados da recuperação paralela e trabalho desenvolvido na biblioteca.

Vale ressaltar que a questão da evasão tem sido pautada também nas reuniões de TDC e, buscando garantir a frequência dos alunos, ações têm sido deflagradas pela equipe escolar: visitas domiciliares, telefonemas pontuais, reuniões agendadas entre a equipe gestora e famílias. A proposta pedagógica é planejada pensando na permanência e avanço destes alunos no processo de aprendizagem.

Nessa direção, propõem um trabalho interdisciplinar e interclasses e, realizam assembleias de classe onde ocorrem os debates coletivos e encaminhamentos dos conflitos, com apoio e mediação da justiça restaurativa.

## CONCLUSÕES

Frente à análise documental e observação em campo, percebe-se o comprometimento deste coletivo na busca de soluções para as fragilidades pedagógicas e sociais que assolam o dia a dia dos alunos.

Planejam ações de acolhimento e elaboram projetos visando melhoria do ensino, redução da evasão e promoção da integração e comunicação dos estudantes, num movimento contínuo de auto avaliação e negociação, acreditando que esta escola possa se tornar realmente inclusiva e atender com qualidade estes alunos.

Assim, podemos inferir que a política de AIP contribui para uma gestão e avaliação participativa, que se busca o envolvimento das famílias e dos alunos na elaboração, execução e avaliação do PP e, que o plano de ação tem sido utilizado como



Poços de Caldas

# 7º Congresso Nacional de Educação

06, 07 e 08 de Junho | 2023

instrumento de gestão, pois têm ocorrido o monitoramento das ações propostas para resolver os problemas existentes.

Enfim, verifica-se o engajamento da equipe para organização e otimização dos espaços das reuniões pedagógicas e coletivas, instituindo uma cultura de avaliação participativa, pois buscam refletir e debater, nestas reuniões, as práticas pedagógicas, metodologias e estratégias utilizadas, ficando evidente que os sujeitos estão constantemente revendo e ressignificando seu “fazer” na busca pela melhoria da qualidade de ensino para este alunado em situação de exclusão social e escolar.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, L. C.; Sordi, M. R. L.; Malavasi, M. M. S. e Freitas, H. C. L. **Avaliação Educacional: caminhando pela Contramão**. Rio: Vozes, 2012.

FERNANDEZ, Maria E. A. **Avaliação institucional da Escola e do sistema educacional: base teórica e construção do projeto**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. **Avaliação Institucional participativa em escolas de ensino fundamental: o fortalecimento dos atores locais**. In: Leite, D. (Org.). *Avaliação participativa e qualidade: os atores locais em foco*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: Fonseca, M. *As dimensões do projeto político- pedagógico*. Campinas: Papirus, 2004.